

A NECESSIDADE DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS DE NUMISMÁTICA *

POR

MARIO DE CASTRO HIPOLITO

Os estudos de numismática, ou de outra natureza com o concurso de moedas, não gozam entre nós da relevância que seria de esperar dado os subsídios históricos que tais estudos são susceptíveis de proporcionar. A bibliografia dos últimos 30 ou 40 anos mostra que a produção de literatura numismática nunca foi substancial e no conjunto destes decénios não se pode dizer que a última década tenha sido particularmente fecunda ⁽¹⁾. Se se toma em consideração não só a numismática portuguesa, onde a produção tem sido mais importante, mas todos os diversos sectores regionais da numismática relativos ao actual território continental, a impressão que se colhe é mesmo a de que os estudos desta especialidade não vivem entre nós um momento muito favorável.

Os últimos onze anos viram desaparecer algumas das personalidades a quem se devem alguns dos maiores esforços e progressos dos últimos anos ⁽²⁾. Para os anos de 1960-1969 há que referir, em relação à numismática geral e portuguesa, escassíssima produção de pequenos artigos, ao lado de um núcleo de obras de outras proporções que é aparentemente relevante pelo número de unidades que o compõem e índole diversa mas cujo mérito é, efectivamente, muito desigual ⁽³⁾. No que se refere à numis-

* A Junta Nacional de Educação do Ministério da Educação Nacional, a S. P. N. e NVMMVS manifestam o seu reconhecimento pela autorização concedida para a reimpressão deste trabalho.

(1) Cf. MATEU Y LLOPIS, F., *Bibliografía de la historia monetaria de España*, Madrid, 1958;

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA, *Bibliografía numismática portuguesa nos últimos trinta anos*, «Nummus», vol. V, 2, n.º 18, Porto, 1959, p. 82 ss.;

BRAZÃO, A., *Numismatologos contemporâneos e a sua actividade cultural*, Lisboa, 1963;

FOLGOSA, J. M., *Dicionário de Numismática*, Porto, s. d.;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO, *Bibliografía arqueológica portuguesa (1960-1969)*, II Congresso Nacional de Arqueologia, Coimbra, 1970. Citaremos adiante esta última obra por BAP (1960-1969).

(2) Especialmente A. ELIAS GARCIA, † 1959 (cf. «Nummus», vol. VI, 1 e 2 n.º 20-21, Porto, 1960 e «Estudos de Castelo Branco», n.º 6, Castelo Branco, 1962, com lista de bibliografia a p. 9) e P. BATALHA REIS, † 1966 (cf. «Nummus», vol. IX, 1 e 2, n.º 29-30, Porto, 1964, p. 3 ss., com lista bibliográfica a p. 15-38).

(3) Ainda que sem a preocupação de apresentar um complemento exaustivo a BAP (1960-1969), que aliás só considerou estudos de arqueologia e numismática até à Reconquista, citam-se, a propósito de numismática geral e portuguesa, as seguintes obras (não artigos) que não constam da mesma bibliografia: AZEVEDO, V., *Catálogo de moedas de Moçambique*, Porto, 1969; BARROS, A. F. *Manual de Numismática*, Porto, 1961; BRAZÃO, A., *ob. cit.*, supra, nota 1, p. 559; FERREIRA, V., *Prontuário de moeda de Angola*, Luanda, 1967; *Colecção numismática Pinto de Maga-*

mática pré-portuguesa do território continental, o mesmo decénio nem sequer tem sido tão fértil, sendo mesmo muito pobre no conjunto e na quase totalidade dos seus diversos sectores. Publicaram-se vários estudos sobre moeda árabe ⁽¹⁾. Desaparecido o principal cultor da numária visigoda desde a década de 30 ⁽²⁾, o seu labor não teve adequada sequência ⁽³⁾. Quase nada se publicou em relação à moeda dos suevos ⁽⁴⁾.

Relativamente à numismática romana e pré-romana a produção publicada é quase nula ⁽⁵⁾. Este é mesmo de todos os sectores da numismática interessando o continente aquele onde, dada a abundância de material em colecções e frequência dos achados, tal situação é a mais surpreendente

Ihães. Catálogo, vol. II, Porto 1967; MOREIRA, C., *Numismática de Angola (subsídios)*, Luanda, 1963; PERES, Damião, *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português*, tomo I (1511-1657) e tomo II (1657-1778), Casa da Moeda, Museu Numismático Português, Lisboa, 1963-4; REIS P. Batalha, *Preçário das moedas portuguesas 1140-1960*, 2.^a ed., Porto, 1964; SOUSA, L. Rebelo de, *Moedas de Angola*, Luanda, s. d. (1967?); VAZ, J. Ferraro, *Numária medieval portuguesa 1128-1383*, 2 vols., Lisboa, 1960; idem, *Numária medieval portuguesa*, «Nummus Suplemento ao n.º 24», vol. VII, 1, Porto, 1963; idem, *Moeda de Timor*, Lisboa, 1964; idem, *Livro das moedas de Portugal*, 2 vols., Braga, 1969.

Como obra histórica de muito interesse numismático merec referência: PERES, Damião, *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*, tomo I—*Privilegios*, tomo II—*Organização*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1964-5. Que há interesses por moedas e numismática, por muito diversa que possa ser a natureza dos mesmos, é o que não parece poder duvidar-se. Além das reedições levadas a efeito pela Sociedade Portuguesa de Numismática que constam de BAP (1960-1969), p. 48, n.º 632 e p. 80, n.º 16A, cite-se ARAGÃO, A. Teixeira de, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 3 vols., 2.^a ed., Porto, 1964-66, reedição com o patrocínio da mesma Sociedade.

(1) Cf. BAP (1960-1969): p. 30, n.º 357; p. 49, n.º 634 (moeda achada em Portugal?), n.º 635, n.º 636 (não é material de Portugal) e n.º 637. Ainda MARINHO, J. R. in «Correio do Sul», Faro, 23-Jan. e 16-Out.-1969. Agradecemos ao A. a indicação destas duas últimas referências.

(2) A. ELIAS GARCIA, cf. *supra*, nota 2, p. 559.

(3) Cf. BAP (1960-1969); p. 41, n.º 516; p. 60, n.º 814. Cf. ainda: *Colecção numismática Pinto de Magalhães. Catálogo*, vol. I, Porto, 1963 (uma parte da colecção deste volume é material visigodo); RAMIRES, M., *Um triente inédito de Vitério batido em Roda*, «Nummus», vol. VI, 1 e 2, n.º 20-21, Porto, 1960, p. 117 ss.; REIS, P. Batalha, *Triente inédito de Gundemaro cunhado em Pésicos*, «Numisma», ano XII, n.º 59, Madrid, 1962, p. 17 ss.; RODRIGUES, A. Vasco, *Subsídios numismáticos para o estudo da dominação suévico-visigótica na região da Guarda (elementos inéditos)*, «Bracara Augusta», vol. IX, Braga, 1960, pp. 00 ss.

(4) Cf. BAP (1960-1969), p. 80, n.º 12A. Cf. ainda: *Colecção numismática Pinto de Magalhães. Catálogo*, vol. I, Porto, 1963 (uma pequena parte da colecção deste volume é sueva); RODRIGUES, A. Vasco, *ob. cit.*, na nota anterior.

(5) Cf. os seguintes trabalhos com o concurso de moedas ibéricas: BAP (1960-1969): p. 61, n.º 624-6; p. 62, n.º 838. Para moeda romana cf. BAP (1960-1969): p. 22, n.º 221; p. 64, n.º 869-70; p. 72, n.º 1004; p. 73, n.º 1022. Cf. ainda *Colecção numismática Pinto de Magalhães. Catálogo*, vol. I, Porto, 1963 (parte da colecção deste volume é romana).

e sintomática ⁽¹⁾. Vale a pena também referir que o que ocorre no plano da literatura está de acordo com o panorama geral que se pode constatar noutros aspectos, nomeadamente na falta da organização de colecções existentes ⁽²⁾ e na praticamente sistemática perda de tesouros monetários ocasionais para efeitos de investigação.

O exame da literatura numismática no período que vimos considerando comporta ainda outra lição que parece muito oportuno acentuar, quando se tem presente que a numismática foi desde 1887 integrada num curso superior, o de bibliotecário-arquivista, e que desde 1943 se vem ensinando nas Faculdades de Letras ⁽³⁾; a universidade tem estado quase totalmente à margem do movimento numismático. Efectivamente, depois de J. Leite de Vasconcelos (publicações numismáticas de 1888 a 1938), ⁽⁴⁾, só três professores universitários nos aparecem na bibliografia e um apenas em bibliografia realmente relevante (publicações de 1924 a 1965) ⁽⁵⁾. Por outro lado, entre os autores de mais do que pequenos estudos ocasionais, sem continuidade, ou muito superficiais intromissões no campo da numismática apenas um passou pelos bancos das salas universitárias onde

(1) A propósito do que se verifica quanto a publicações de tesouros pode referir-se que «Nummus» (órgão da Sociedade Portuguesa de Numismática), que entre 1952-1955 publica 6 destes achados ocasionais de moedas romanas, dois dos quais ocorridos neste lapso de tempo, publicou apenas um desde 1955 até à actualidade! Importa frisar que, segundo os dados que o A. tem continuado a recolher desde o estudo citado em *BAP (1960-1969)*, p. 43, n.º 554, para oportuna publicação, a não divulgação destes achados em «Nummus» não decorre da não ocorrência dos mesmos. Em data posterior ao estudo que se acaba de citar só escassíssimo número de tesouros chegou ao conhecimento do A. por via de publicações. Cf.: *BAP (1960-1969)*, p. 22, n.º 221 (possivelmente um tesouro), e p. 72, n.º 1104; COSTA, J. Marques da, *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*, ACTAS E MEMÓRIAS DO I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, vol. II, Lisboa, 1970, p. 197 ss.; SANTOS, M. de Magalhães dos, *Precioso achado arqueológico*, «O Distrito de Braga», vol. II, fasc. I-II, Braga, 1963, p.45 ss.

(2) Dos museus portugueses só o Museu Numismático Português tem certos sectores das suas colecções devidamente publicadas. Cf. PERES, Damião, *ob. cit.*, *supra*, nota 1, p. 560; FIGANIER, J., *Moedas árabes. Inventário e descrição*, Casa da Moeda, Museu Numismático Português, Lisboa, I Parte 1949, II Parte 1959. Os elementos publicados relativos a colecções monetárias de outros museus têm um poder informativo sumamente pobre.

(3) Cf. J. L. de VASCONCELOS, *Da numismática em Portugal*, Lisboa, 1923, p. 255 ss.

(4) Desde 1888, pelo menos, ano de publicação de *Numismática Nacional* (Lisboa, Tipografia de *O Dia*), publicou J. L. de V. com regularidade estudos de numismática até 1923 (cf. MARTINS, A. Pereira, *José Leite de Vasconcelos e a numismática*, «Nummus», vol. V, 1, n.º 17, Porto, 1958, p. 3 ss.). De 1938 é *Nomenclatura numismática*, «O Arch. Port.», vol. XXX, Lisboa, 1938, p. 126 ss.

(5) Referimo-nos a:
VERGÍLIO CORREIA (cf. *Moedas romanas achadas em Beja no século XVIII*, «O Arch. Port.», vol. XVII, Lisboa, 1912, p. 113 ss.; *Os encantos da numismática*,

a disciplina foi leccionada ⁽¹⁾. Não parece, pois, que o estudo deste ramo nas nossas universidades tenha tido grande poder formativo e despertador de vocações ⁽²⁾.

Não é aqui o nosso intento averiguar propriamente das razões que poderão explicar uma tal situação com o sabor de uma verdadeira anomalia, embora não nos pareça difícil descortinar quais são os factores de maior responsabilidade neste fracasso do ensino universitário da numismática. Parece-nos mais construtivo que, em face de dificuldades, carências e limitações que nós próprios temos sentido, quer no plano meramente docente quer no plano de investigação, concentremos a nossa atenção no que se nos afigura ser, metodicamente, uma medida primária se se pretende concorrer para um panorama diferente daquele que se acaba de referir: a existência de um centro universitário de estudos de numismática.

Defendemos a ideia de um centro de estudos de numismática porque não existe neste momento no país nenhuma instituição já a desenvolver verdadeiros programas de investigação numismática nem um centro especialmente preparado para apoiar os investigadores individuais e levar mesmo a efeito programas de investigação que a um investigador isolado são praticamente impossíveis. A sua criação constitui, assim, uma necessidade que no nosso modo de ver, é nacional. Por outro lado, sendo evidente que um tal centro só pode situar-se a nível superior, defendemos a ideia da organização de um centro universitário porque, além das razões pragmáticas secundárias, figurando a numismática no elenco das disciplinas de licenciatura em Ciências Históricas das Faculdades de Letras, parece que será na universidade, como instituição onde se prosseguem a um tempo objectivos de rigorosa informação actualizada e estricte for-

«Diário de Coimbra», Coimbra, 17-Out.-1938; *Pré-história numismática, história da arte e literatura — Bibliografia, ibidem*, 26-Junho-1943);

MANUEL HELENO (cf.: *Do estudo e origem da moeda*, Lisboa, 1924; *O tesouro da Borracheira (Teixoso)*, «O Arq. Port.», nova série II, Lisboa, 1953, p. 213 ss.);

DAMIÃO PERES (cf. FOLGOSA, J. M., *ob cit.*, *supra*, nota 1, p. 559, s. v. PERES, Damião; cf. ainda «Breve história da moeda em Portugal», in QUIGGIN, A. H., *A história do dinheiro*, Porto, 1963; *História monetária de D. João III*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1957; *obs. cit.*, *supra*, nota 1, p. 560).

(1) P. BATALHA REIS (cf. *ob. cit.*, *supra*, nota 1, p. 560).

(2) Em relação ao último quarto de século apenas temos conhecimento de três dissertações de licenciatura com temas da especialidade:

HIPÓLITO, M. C., *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, em especial de alguns da segunda metade do séc. III d.C.*, «Conimbriga», II-III, Coimbra, 1960-1, p. 1 ss., que é a revisão do estudo apresentado à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1959;

PEREIRA, M. I. Sousa, *Moedas das termas de Conimbriga* (inédita, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1967);

SILVA, T. L. A. Marques da, *Moedas romanas do Museu Nacional de Soares dos Reis* (inédita, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1970).

mação científica, levando a efeito programas de investigação e preparando novas gerações para tais tarefas, que tal centro terá o seu lugar natural. Sem pretender que em cada uma das diversas Faculdades de Letras se não estabeleça um conjunto de condições que possa garantir a satisfação de, pelo menos, necessidades de ensino, se outras não puderem ou não deverem ser consideradas, cremos, contudo, que a multiplicação de verdadeiros centros de estudo deste ramo se não justifica dado o panorama actual dos estudos de numismática nas nossas universidades e limitações com que eles muito naturalmente deparam em especialistas e em equipamento, dada a natureza do próprio material numismático, a índole e relevância da disciplina no plano escolar, as necessidades, condições e recursos do país no plano de orgânica universitária. A semelhança do que ocorre com países que podem mobilizar recursos humanos em especialistas e de outra natureza infinitamente superiores aos nossos, o que se precisa é de um centro autenticamente especializado, bem equipado, devidamente concebido, operando funcionalmente, capaz de efectiva rentabilidade, de modo a que, satisfazendo necessidades nacionais e não apenas de ensino em uma universidade, ofereça a sua colaboração a todos os estudantes e estudiosos, sendo capaz de congrega a adesão de todos com interesse neste ramo de conhecimento. Não se vê razão válida para que um tal centro não possa estar plenamente aberto aos professores de numismática e aos estudantes de todas as universidades e para que, possibilitado por uma orgânica conveniente, se não ponham em prática formas de colaboração interuniversitária que permitam, no benefício de todos os interessados, tirar pleno rendimento de especialistas e também de instituições especializadas que se não justifica duplicar, mesmo que tal fosse, por hipótese, facilmente possível.

Tal centro deveria vir a desempenhar as funções de um verdadeiro centro nacional de informação em numismática.

Instalado numa Faculdade de Letras, um centro de estudos de numismática não poderá deixar, naturalmente, de começar por ser um instrumento activo ao serviço das suas necessidades docentes. Estará em condições de assegurar aos estudantes um ensino e aprendizagem com reais possibilidades formativas e àqueles imediatamente interessados em estudos visando dissertações de licenciatura uma verdadeira iniciação em tarefas de investigação. Começarão, assim, por cumprir-se as duas grandes funções que numa definição de amplos princípios gerais o centro deve, rigorosamente propor-se: formação e investigação científicas.

As vias práticas através das quais estas duas funções se podem objectivar mostrarão claramente, contudo, que mesmo mantendo-se estritamente dentro de tais objectivos a ideia de um centro comporta possibilidades de actuação interessando muito mais do que o núcleo limitado de estudantes que eventualmente o frequentarão.

Por simples exigências de investigação, um centro de estudos de numismática tem de ser, dada a natureza do material com que lida, um centro aberto a todas as formas de colaboração de outros centros de

estudo congéneres, de estudiosos, de museus, de sociedades numismáticas, de entidades interessadas na salvaguarda do património numismático nacional e na preservação da documentação numismática como fonte histórica, bem como a colaboração de colecções, de simples coleccionadores, de comerciantes de moedas e do público em geral. Com a preocupação de não nos alongarmos numa enumeração das diversas modalidades de colaboração provenientes de tão diferentes sectores e com interesses tão diversos, quando não mesmo opostos, sobre os mesmos objectos, parece-nos de frisar um ponto importante: para o centro de estudos tal como o entendemos firmemente o que é realmente importante é o estudo do material, não a sua posse. A literatura numismática estrangeira do sector familiar ao A. documenta amplamente quão valiosa pode ser a colaboração de sectores que não tendo propriamente interesses científicos na moeda também não os contrariam. O próprio A tem no país beneficiado de alguma colaboração de tais sectores, apesar da existência de uma legislação que não só não é favorável à preservação dos novos achados na sua integridade como também, não encorajando a sua denúncia, pouco ou nada contribui para o seu estudo ⁽¹⁾. Não é difícil de imaginar que os benefícios de colaboração atrás referida possam ser recíprocos. Vale a pena referir o caso particular dos diversos museus epalhados pelo país com colecções de moedas. O que temos podido constatar com frequência é que tais museus carecem efectivamente de uma colaboração especializada. Há que arrumar as colecções em condições que não afectem a sua integridade física, há que ordenar e individualizar as peças de modo a que a sua consulta seja fácil e segura, há problemas de limpeza e tratamento, há que classificar e inventariar, há que seleccionar para exposição, há que expor, há que ter algum conhecimento acerca do material (do seu valor científico, da sua raridade, do seu significado, da sua proveniência, etc.) para proporcionar ao público alguma informação, há que saber obter e preservar informações relativamente às circunstâncias de achados, há que aliar exigências museológicas com necessidades de estudo, há que estudar o material e valorziá-lo nas suas dimensões de fonte histórica, há que publicar colecções. Cremos que o que ocorre com os museus é exactamente um dos grandes sectores onde a colaboração pode ser reciprocamente a mais proveitosa e onde a necessidade de um centro capaz de a proporcionar é incontestavelmente sentida. Se se pensar, por exemplo, no nosso conhecimento actual relativamente a múltiplos aspectos da circulação da moeda romana entre nós e na

⁽¹⁾ Vide a propósito os dois artigos de publicação recente:

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, *Contribuição da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a ordem do dia da Secção de Epigrafia e Numismática do Congresso Nacional de Arqueologia em Homenagem ao Dr. José Leite de Vasconcelos*, ACTAS E MEMÓRIAS DO I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, vol. II, Lisboa, 1970, p. 229 ss.; SOUTO, Rocha, *A protecção aos achados de moedas no direito português*, *ibidem*, p. 311 ss.

relativa abundância de tal material pelos museu do país, fácil é ver como programas de estudo para esclarecer problemas em aberto podem a um tempo servir os interesses científicos de um centro e os interesses de museus que, como se compreenderá, não poderão deixar de se interessar pela segurança, estudo, valorização e divulgação das suas colecções.

A somar aos pontos já atrás ocasionalmente referidos, eis alguns outros em que se poderá objectivar a actividade do centro no sentido de fomentar o desenvolvimento de estudos de numismática, especialmente nos diversos sectores que mais interessam ao estudo do passado nacional:

- participar ou promover cursos, reuniões científicas, encontros informais ou conferências com o concurso de especialistas qualificados;
- recolher documentação sobre colecções públicas e privadas;
- proceder ao registo e estudo de novos achados;
- promover, patrocinar ou colaborar em certos tipos de estudo que, pela sua metodologia, volume de material e recursos de diversa natureza que mobilizam carecem de apoio de uma instituição da especialidade;
- facultar a todos os estudiosos um conjunto básico de instrumentos de trabalho, mercê do seu diverso apetrechamento em moedas e outra documentação afim, em bibliografia consultável e todo o outro material de estudo arquivado e classificado nos seus diversos ficheiros;
- participar em projectos e programas de estudo de carácter internacional, colaborando nomeadamente com a Commission Internationale de Numismatique do Comité International des Sciences Historiques (1);
- dispensar e obter a colaboração de numismatas e centros de estudo estrangeiros, permutando informações e material de estudo;
- interessar-se por uma colaboração fecunda com as instituições que no país estão mais directamente ligadas a numismática, como os competentes órgãos do Ministério da Educação Nacional, Museu Numismático Português e Sociedade Portuguesa de Numismática;
- dispensar colaboração a publicações periódicas da especialidade e promover a publicação de estudos;

(1) Os estatutos da Commission Internationale de Numismatique prescrevem: «Art. 1. *But de la Commission.* La Commission Numismatique du Comité International des Sciences Historiques (CISH) est chargée de faciliter la coopération des savants de tous pays dans le domaine des études numismatiques».

«Art. 5. *Rôle du Bureau de la Commission.* Le Bureau est chargé:

a) de constituer un centre d'information... Cf. qualquer um dos relatórios anuais.

- oferecer aos detentores de moedas uma instituição a que podem recorrer para identificar peças;
- interessar-se pelo estudo da legislação que regula os achados monetários no sentido que esta passe, nomeadamente, a entusiasmar os achadores a conservar os espólios íntegros e a participá-los a entidades adequadas;
- apoiar exposições numismáticas;
- contribuir para a educação do público em geral no que se refere ao interesse científico de colecções de moedas e achados monetários;
- facultar material pedagógico sobre moedas antigas a instituições de ensino e apoiar actividades docentes por outros meios ao seu alcance.

O desempenho cabal das funções que é de esperar do centro que advogamos dependerá tanto de uma direcção e colaboração qualificadas como de três outros requisitos fundamentais no que se refere a apetrechamento: colecção monetária, equipamento bibliográfico, equipamento não bibliográfico.

Colecção monetária

Sendo as moedas os verdadeiros documentos numismáticos, um centro de estudos de numismática não pode facilmente conceber-se sem o apoio de uma colecção de moedas. Compreende-se que o centro ideal seria o que pudesse aliar à existência do melhor numofilácio nacional todo o outro relevante apetrechamento sem o qual, também é forçoso reconhecer o estudo do material não é possível. Efectivamente, não se vê melhor solução que aquela que reuniria, lado a lado, no mesmo gabinete numismático, moedas, equipamento bibliográfico e equipamento de outra natureza. Tornam-se indispensáveis, contudo, algumas observações complementares. Exceptuando o caso particular de estudos incidindo sobre aspectos do metal (liga, densidade, corrosão, etc.) não é forçoso que a documentação numismática seja constituída exclusivamente, ou fundamentalmente, pelas próprias moedas. O que demonstram os estudos monográficos em que o exame do material é de todos os tipos de estudo susceptíveis de levar a efeito com moedas o mais fundamental é exactamente o contrário. A fotografia e o decalque, quando de boas condições técnicas, podem ser suficientes para certos tipos de estudo. No caso de trabalhos de outra modalidade, mais exigente quanto ao exame do material as moldagens de boa execução técnica podem perfeitamente formar, e formam normalmente, a documentação necessária, ou a documentação complementar que se precisa, completando de forma satisfatória o exame *in loco* momentâneo da peça de que se não pode dispor de forma permanente ou dispensando mesmo, normalmente, qualquer deslocação para exame directo da espécie. Nestas condições, a colecção de um gabinete empenhado em certo plano

de estudo pode ser oportunamente completada mercê da colaboração de outras instituições. Importa ainda recordar que há formas práticas de colaboração, de que colecções importantes são testemunho vivo, que podem estabelecer-se, desde que haja efectivo espirito de colaboração, pelas quais uma instituição que não prossegue outros fins que os desinteressados de investigação pode dispor de um numofilácio de qualidade, sem ser, necessariamente, a proprietária de todas as peças devidamente arrumadas, em condições de segurança, nos seus medalheiros. Acresce que, como a experiência particularmente demonstra neste campo, as instituições de prestígio podem ver o seu património beneficiado ainda por outras formas de colaboração pelo que mesmo aquelas não dotadas normalmente de disponibilidades para aquisição de peças não estão necessariamente condenadas a dispor apenas de uma colecção absolutamente estática.

Equipamento bibliográfico (bibliografia consultável, ficheiros bibliográficos de bibliografia não consultável *in loco*).

O acesso a uma bibliografia de qualidade, tão completa quanto possível, é obviamente, um dos primeiros requisitos. Permitimo-nos mesmo ser mais incisivos: ou se aceita a ideia da construção de um equipamento bibliográfico de qualidade ou terá de renunciar-se à ideia de um centro de estudos. Não se ignora que uma bibliografia como se necessita envolve uma dificuldade de dimensões e que só pode ser obra de uma lenta construção. Mas, apesar do critério de exigência de que se parte, não se considera que tal construção não venha a ser possível e que se não deva começar decididamente por lançar as suas bases. A instalação de um centro de estudos numa universidade e numa Faculdade de Letras garante-lhe imediatamente por si só a instalação num lugar onde um núcleo importantíssimo de bibliografia, repartido por diversas bibliotecas universitárias, torna *ipso facto* acessível muito do que não há necessidade de duplicar. O esforço de aquisição poderá assim começar por concentrar-se na bibliografia estrangeira estritamente da especialidade, com especial relevo para as publicações periódicas (de que haverá que obter séries fundamentais), obras básicas de referência (nomeadamente as grandes obras com o carácter de *corpus* ou colecções importantes), obras de carácter bibliográfico, obras básicas sob o ponto de vista da doutrina e monografias de rigorosa metodologia científica. Desnecessário se torna frisar que, como corolário de princípios gerais já sumariamente referidos, a selecção de bibliografia a adquirir deve obedecer a um critério sistemático e consistente, tendo em atenção duas considerações fundamentais: por um lado, as necessidades que com o centro de estudos se pretende satisfazer; por outro, os programas possíveis de levar a feito. Tal selecção envolve assim uma política de definição de grandes áreas (p. ex. moeda portuguesa, árabe, visigoda, etc.) e de orientação do trabalho que se pretende, deve e pode levar a efeito (p. ex. organização, inventário

e estudo, se for caso disso, de colecções; registo e estudo sistemático de achados; revisão de material deficientemente estudado; estudo monográfico de centros emissores; estudo monográfico de séries limitadas, etc.).

Consideramos tão importante como a bibliografia consultável a existência de diversos ficheiros de carácter bibliográfico bem organizados, capazes de *in loco* proporcionar em um instante todo um conjunto de informações que, à falta de tais instrumentos de trabalho científico em instituições da especialidade, o investigador individual se vê obrigado, laboriosa e morosamente, a organizar para seu uso pessoal, embora mais ou menos condenado a dispor sempre de elementos incompetentes e, por outro lado, sem que todo esse útil material possa aproveitar plenamente a outros estudiosos.

Equipamento não bibliográfico (didáctico e não didáctico)

Apenas com a intenção de habilitar a uma melhor apreciação do que se pretende ao salientar a necessidade de criação do centro que neste lugar nos ocupamos, fazemos simples enumeração de peças de equipamento de imediata necessidade, sem quaisquer especificações secundárias:

- cofre e medalheiros;
- estereomicroscópico e pequenas lupas portáteis;
- balança laboratorial, de alta precisão e rápida leitura;
- balança portátil, para trabalho exterior;
- equipamento fotográfico (câmara e acessórios para fotografia de moedas);
- equipamento para reprodução de moedas em papel e outro material;
- ficheiros diversos para documentação classificada (inventário de numofilácio; fichas relativas a bibliografia; diapositivos; material em depósito e estudo; documentação relativa a inquéritos, achados, museus, colecções privadas, coleccionadores, etc., etc.);
- ficheiro-arquivo fotográfico;
- projector de diapositivos e acessórios de projecção.

Justifica-se uma referência complementar a medalheiros. Muito especialmente no caso típico de colecções de museus, de colecções destinadas a cumprir funções didácticas e de colecções em estudo, somos manifestamente favoráveis à sua organização em medalheiros com tabuleiros onde as peças, cada uma com o seu número de ordem, têm uma posição constante e perfeitamente individualizada. Além de medalheiros necessários à arrumação das peças e moldagens da sua colecção, um centro de estudos deve dispor destas peças de equipamento em quantidade tal que permita a arrumação e o fácil manejo das peças quando se procede a um sumário exame das mesmas ou a um estudo apropriado. Entram

neste último caso os tesouros monetários que, pela quantidade de unidades, pela bibliografia que poderão mobilizar, pelo equipamento técnico que requerem, pelo tempo de estudo que implicam e condições de segurança que reclamam, devem ser confiados a um centro de estudos.

Desde há anos que o Instituto de Arqueologia da Faculdade onde decorre este Congresso se tem esforçado pelo desenvolvimento do seu sector numismático. Tem sido preocupação do Instituto e do A. poder proporcionar aos estudantes da disciplina da numismática um mínimo de condições pedagógicas, a começar pelo contacto directo com material e a consulta bibliográfica básica. Até agora, contudo, esse mínimo de condições não tem sido possível atingir, apesar dos esforços empreendidos e da preciosa colaboração que no aspecto de bibliografia, o Instituto tem encontrado na Biblioteca Central da Faculdade. Tem continuado a ser impossível proporcionar aos estudantes o manuseamento das peças da colecção do Instituto que, por deficiência de instalações, continua por organizar. Continua também por se não dispor de outro material didáctico e por estudar material de muito interesse mas cujo estudo não é possível nas presentes condições.

Devido à última reforma que alterou o plano de estudos das Faculdades de Letras e que se traduziu na criação do grau de bacharel, a numismática passou a fazer parte do elenco das disciplinas de licenciatura, transitando para o quarto ano de estudos. Decorre daí que nos últimos dois anos lectivos a disciplina não tem tido como estudantes licenciandos em Ciências Históricas. A situação será diferente no próximo ano lectivo e, em nosso entender, a inclusão da disciplina apenas no plano de estudo de licenciatura não só não diminuiu as responsabilidades do seu ensino como as aumentou. É possível, também, que a reforma se traduz por por uma diminuição do número de alunos e que, com tal redução de frequência, melhores condições de estudo e trabalho, para estudantes e professor, se estabeleçam.. Exactamente no dia que precede o começo do ano lectivo ⁽¹⁾ ainda se não perderam todas as esperanças de, ao iniciar-se o segundo semestre, poder oferecer, pela primeira vez desde que o A. se encontra ligado ao ensino da disciplina, aos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra aquilo que modestamente temos de modo intenso ambicionado: um ensino teórico sistematicamente baseado em diapositivos e um ensino prático com manuseamento de material. Apesar das dificuldades ainda não superadas, tem-se mesmo a esperança que um conjunto de boas vontades venha a permitir, em futuro mais ou menos próximo, organizar e desenvolver a secção de numismática do Instituto, num sentido que, se fosse por sua vez devidamente apoiada, poderia vir a convertê-la no centro de estudos e informação cuja falta não cremos ser o único interessado a sentir e cuja fundação

(1) Esta comunicação foi apresentada em 30 de Setembro de 1970.

resolutamente advogamos. Eis apenas algumas das condições favoráveis que, em princípio, o Instituto de Arqueologia reuniria para sede de um tal centro: a existência de uma biblioteca e revista (*Conimbriga*) arqueológicas; a instalação na vizinhança imediata da Biblioteca Geral da Universidade e em uma faculdade dotada de uma biblioteca central e bibliotecas várias de institutos com núcleos bibliográficos relevantes; a existência de uma coleção com cerca de oito mil peças, compreendendo moeda antiga peninsular, romana, sueva, visigoda, árabe e portuguesa; a vizinhança e valiosíssimo concurso do Museu Monográfico de Conimbriga; a existência em Coimbra do que cremos ser, desde já e apesar de todas as suas muitas limitações, o melhor núcleo de bibliografia numismática em universidades portuguesas (1).

(1) Ao adoptarmos a designação de «centros de estudos» queremos significar essencialmente um lugar ou conjunto de instalações com reais condições para tarefas de ensino e de investigação. A questão da terminologia é absolutamente irrelevante. É uma função para satisfação de efectivas necessidades que temos em vista, pelo que tal «centro» poderia perfeitamente funcionar integrado num instituto de arqueologia ou história já existentes — como também num museu de especialidade — desde que tal instituto tivesse adequadas dimensões e não fosse pouco mais do que uma simples biblioteca.

ADDENDA

Quis a Sociedade Portuguesa de Numismática, em iniciativa a que o autor do presente estudo é absolutamente alheio, que o mesmo estudo, apresentado ao II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970), e publicado nas respectivas *Actas* (Ministério da Educação Nacional, da Educação, vol. II, Coimbra, 1971, pp. 559-570), fosse divulgado nas páginas de NVMMVS. Não tinha o autor por si qualquer obstáculo a opor a tal divulgação, muito pelo contrário, como facilmente se poderá inferir da leitura do mesmo estudo. Julgou conveniente, contudo, que a reimpressão fosse acompanhada da presente nota. Efectivamente, sem que se possa com propriedade dizer que o voto emitido pelo mesmo congresso a propósito da problemática suscitada na comunicação, voto no sentido de que fosse «criado um centro universitário de estudos de numismática em Portugal», tenha já tido plena concretização, parece-nos oportuno referir que algumas das esperanças expressas pelo autor da comunicação apresentada em 30 de Setembro de 1970 começaram a objectivar-se numa realidade ao tempo não existente. Na verdade, o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra começou a dispor, a partir do início do segundo semestre do ano lectivo de 1971/72, de um Gabinete de Numismática, com instalações próprias, onde tiveram lugar as aulas teóricas e práticas da disciplina de Numismática no mesmo ano lectivo. Não pode o autor deixar de aqui consignar o seu agradecimento às entidades que tornaram possível ao Instituto de Arqueologia ver aumentadas as suas instalações com uma secção numismática; à Fundação Calouste Gulbenkian, pelo subsídio concedido para aquisição de equipamento e bibliografia; à Biblioteca Central da Faculdade, pela concordância em depositar no citado Gabinete a bibliografia numismática disponível na mesma biblioteca. Cumpre ainda ao autor agradecer, finalmente, à Sociedade Portuguesa de Numismática a colaboração que, ao reimprimir o estudo a que se refere esta nota adicional, uma vez mais, generosamente, se dignou dispensar-lhe.

Coimbra, 8 de Julho de 1973.

M. C. H.

